

O QUE É UMA BOA TEORIA POSITIVA EM CIÊNCIA POLÍTICA?

Carla Pereira Silva*

5

Resumo: O presente artigo tem como objetivo realizar uma breve discussão acerca da possibilidade de enumeração de critérios previamente definidos para a crítica de teorias positivas na Ciência Política. Investigamos em que medida é possível sistematizar critérios que subsidiem escolhas teóricas bem sucedidas em depender menos de preferências pessoais ou de grupo, especialmente ao se tratar de teorias alternativas. Este trabalho consiste em um exercício analítico de ordenação de atributos desejáveis à boa teoria, conforme critérios extraídos de cinco autores: Thomas Kuhn (2011), Van Evera (1997), Dimiter Toshkov (2016) e List e Valentini (2016). O esforço de sistematização demonstrou, entre outros resultados, que existe grande diversificação dos critérios desejáveis à boa teoria e que apenas a parcimônia foi recorrente entre os autores consultados. Em seu conjunto, as análises contribuem para elaboração de desenhos de pesquisa teórica positiva e para a escolha entre arcabouços teóricos alternativos, competitivos ou rivais.

Palavras-chave: Pesquisa teórica positiva. Ciência Política. Desenho de pesquisa. Epistemologia.

What Constitues A Good Positive Theory In Political Science?

Abstract: This article aims to conduct a brief discussion about the possibility of enumerating previously defined criteria for the criticism of positive theories in Political Science. We investigate the extent to which it is possible to systematize criteria that support successful theoretical choices in depending less on personal or group preferences, especially when dealing with alternative theories. This research consists of an analytical exercise in ordering the desirable attributes of good theory, according to criteria extracted from five authors, Thomas Kuhn (2011); Van Evera (1997); Dimiter Toshkov (2016), and List and Valentini (2016). The systematization effort demonstrated, among other results, that there is a great diversification of the desirable criteria for a good theory, and that only parsimony was recurrent among the consulted authors. Taken together, the analyzes contribute to the development of positive theoretical research designs and to the choice between alternative, competitive or rival theoretical frameworks.

Keywords: Positive theoretical research. Political Science. Research design. Epistemology.

1 INTRODUÇÃO

Teorias são fruto de vasta imaginação e capacidade argumentativa de seus autores, cabendo ao pesquisador compreendê-las, empregá-las, testá-las e, por vezes, estendê-las. Contudo, de acordo com Geddes (2010, p. 5), “fatos cruéis

* Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFMG. Professora do Instituto Federal do Norte de Minas Gerais.

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7499-6849>

E-mail: carla.silva@ifnmg.edu.br.

e inconvenientes” podem gerar um abandono precoce de teorias, ainda não exaustivamente desenvolvidas e avaliadas. Assim, metaforicamente, teorias seriam “canções de sereias compostas sem verificação sistemática contra os fatos” e, por isso, podem acabar desiludindo seus adeptos. Segundo Natália Sátyro e Bruno Reis (2014, p. 27), “uma boa teoria é premissa básica para a boa pesquisa”, como também, conforme o pensamento de Sátyro e Reis (2014) e King, Keohane e Verba (1994), é fundamental para se obter um bom desenho de pesquisa que contenha premissas e mecanismos causais válidos, e ainda para fazer escolhas assertivas em relação aos métodos empregados.

Em “Paradigmas e castelos de areia”, Barbara Geddes (2010, p. 8) aborda a importância do desenho de pesquisa para o teste adequado de teorias e a sua relação com a manutenção ou rejeição de paradigmas nas Ciências Sociais. A autora convoca o leitor a evitar o risco de desatenção às questões fundamentais nos projetos de pesquisa que, juntamente com teorias não testadas e grandes volumes de informações não estruturadas pela teoria, podem resultar em “modesto acúmulo de conhecimento teórico em muitas partes do campo” das Ciências Sociais, em especial, para a pesquisa comparada.

Argumentos, teorias e mesmo paradigmas tendem a subir e cair em rápida sucessão, deixando pouco para trás para mostrar que eles existiram. Como elaborados castelos de areia, paradigmas foram construídos com grande esforço e atenção aos detalhes teóricos, apenas para serem levados pela maré da próxima geração de estudantes de graduação, cujas pesquisas batem nos pontos fracos dos paradigmas existentes — como deveria — até o edifício teórico desmorona e desaparece. (GEDDES, 2010, p. 4).

Nesse sentido, podemos levantar algumas questões em relação à escolha de uma teoria e seus respectivos arcabouços conceituais, considerando a variedade de argumentos possíveis para o entendimento de um fenômeno específico: como escolher a teoria mais adequada? É possível qualificar teorias a partir de critérios objetivos? Se sim, o que caracteriza a boa teoria? Também indagamos a existência de “méritos intrínsecos das teorias em competição” (FREITAS, 2017, p. 46) que possam balizar a crítica de teorias científicas de forma a contribuir para o aprimoramento do campo teórico, assim como, em que sentido,

podemos fazer escolhas assertivas com menos dependência de preferências pessoais ou do grupo¹, em meio à variedade de teorias científicas existente, para a compreensão de um fenômeno social ou político.

A partir dessas inquietações, buscamos elaborar uma reflexão que subsidie analisar teorias positivas² conforme atributos epistemológicos e metodológicos desejáveis à boa teoria. Reconhecemos que critérios subjetivos também podem exercer influências importantes quando pesquisadores escolhem teorias e práticas científicas, como bem teorizou Thomas Kuhn (2013), especialmente, quando há uma competição ou rivalidade entre teorias. Entretanto, não obstante sua relevância, foge ao escopo deste trabalho a análise da questão.

Existem múltiplas possibilidades de entendimento da produção e do teste de teorias, todavia nos deteremos em reunir critérios que denotem boas teorias, baseados em cinco autores: Thomas Kuhn (2011), Van Evera (1997), Dimiter Toshkov (2016) e List e Valentini (2016). Tais autores serão abordados após breve discussão sobre elementos da teoria do conhecimento. E, em seguida, apresentamos nossa proposta de sistematização elaborada por meio da ordenação dos critérios estabelecidos e das respectivas ocorrências ou prevalências entre os autores consultados. E, por último, compartilhamos algumas considerações finais sobre o alcance e os limites da proposta de análise.

2 PENSANDO TEORICAMENTE A TEORIA

A Teoria do Conhecimento ou Gnosiologia é uma das áreas da filosofia que se encarrega de pensar a produção de teorias para a compreensão do mundo e a possibilidade de estabelecer critérios para aceitar ou rejeitar afirmações gerais sobre a natureza do conhecimento, bem como para avaliar a produção de verdades e racionalidades. De antemão, é necessário assinalar os “critérios pelos quais tentamos identificar as afirmações verdadeiras e a definição da verdade de uma afirmação”, no dizer de Moser, Mulder e Trout (2009, p. 68 e 71), levando em consideração a necessidade de “descobrir a quais condições uma frase, afirmação ou crença têm de atender para que seja verdadeira”. Nesse

¹ Um grupo nesse caso, pode ser comunidade epistêmica, círculo de convivência, socialização e treinamento para a pesquisa, conjunto de procedimentos institucionalizados, dentre outros.

² De acordo List e Valentini (2016, p. 12), os papéis desempenhados pelas teorias podem variar de descritivos, explicativos e preditivos — no caso de teorias positivas, avaliativos e prescritivos —, no caso de teorias avaliativas ou normativas.

sentido, o estabelecimento de critérios torna-se relevante para se determinar ou identificar o que é verdadeiro, e assim encontrar a verdade propriamente dita. Em outras palavras,

Podemos discutir quais são as condições que definem quando uma crença ou uma afirmação é verdadeira. Por outro lado, podemos discutir quais métodos ou regras que se usariam para procurar ou escolher as crenças e afirmações que atendem às condições que definem a verdade (MOSER; MULDER; TROUT, 2009, p. 70).

Na vida cotidiana, agimos orientados por critérios que definem o que é um determinado elemento e critérios que nos ajudam a identificar tal elemento entre outros correlatos. Isto é, podemos elencar as condições que definem o que é um livro, por exemplo, e critérios que possibilitam identificarmos as características de determinado livro. Dessa forma, estamos diante de critérios que classificam e critérios que caracterizam o objeto em questão. Outra distinção importante, segundo Moser, Mulder e Trout (2009), são as racionalidades de uma afirmação ou crença, que podem ser “classificadas como epistemicamente racionais ou irracionais mediante uma avaliação de o quanto contribuem para (o nosso objetivo epistêmico de) adquirir conhecimentos verdadeiros e evitar o erro” (MOSER; MULDER; TROUT, 2009, p. 62).

Assinalam Moser, Mulder e Trout (2009, p. 141) que um argumento resultante de um raciocínio é formado por afirmações, também chamadas de premissas, que são empregadas para corroborar uma afirmação com status de conclusão. Quando são indutivas³, “as premissas oferecem à conclusão um apoio probabilístico e, desse modo, a conclusão tem uma certa probabilidade de ser verdadeira”. Por sua vez, os “argumentos dedutivamente⁴ válidos são aqueles nos quais, se as premissas forem verdadeiras, as conclusões o serão igualmente”. Em outros termos,

Da tradição filosófica surgiram dois ideais de racionalidade: a racionalidade dedutiva e a racionalidade indutiva. Em ambos os casos, a ideia

³ A indução “permite que uma inferência tenha premissas verdadeiras e uma conclusão falsa, mas exclui a possibilidade de que as premissas sejam verdadeiras e a conclusão seja provavelmente falsa” (MOSER; MULDER; TROUT, 2009, p. 208).

⁴ A dedução é “uma forma de inferência logicamente válida na qual, se as premissas são verdadeiras, a conclusão é necessariamente verdadeira. A dedução não admite, portanto, que de premissas verdadeiras se tire uma conclusão falsa” (MOSER; MULDER; TROUT, 2009, p. 206).

diretriz é a de que existem regras cuja correta aplicação gera uma conclusão racionalmente aceitável (MOSER; MULDER; TROUT, 2009, p. 141).

Reconhece-se que a “avaliação da racionalidade não é só descritiva, mas intrinsecamente normativa”, bem como, que “os critérios normativos de avaliação da racionalidade podem variar de cultura para cultura” (MOSER; MULDER; TROUT, 2009, p. 162). Esse debate é fortemente presente na Sociologia do Conhecimento (FREITAS, 2003). Contudo, esse autor afirma categórico que “mais importante do que indagar como os cientistas vêm a escolher determinada teoria ou visão de mundo, ou a se convencer de sua validade, é averiguar como essa teoria ou visão de mundo pode ser criticada e, ainda mais, beneficiar-se da crítica” (FREITAS, 2003, p. 18). Dessa maneira, interessa-nos entender se é possível enumerar atributos fundamentais à teoria e, por meio deles, realizar a crítica de teorias, ou mesmo favorecer a emergência de novos problemas e a evolução do conhecimento (FREITAS 2003), especialmente, da teoria política. Mas, afinal, o que é uma teoria? De acordo com Christian List e Laura Valentini (2016, p. 12),

A palavra “teoria” é comumente usada em dois sentidos distintos. Primeiro, pode referir-se a todo um campo acadêmico ou área de investigação, como quando falamos de “teoria política” ou “teoria econômica” como áreas gerais às quais os currículos ou periódicos acadêmicos são dedicados. Em segundo lugar, a palavra pode se referir a uma teoria específica dentro de tal área, como a teoria da justiça de Rawls, a teoria da empresa na economia ou a teoria da física de Newton.

Para Stephen Van Evera (1997, p. 129–132), uma teoria pode ser definida como “afirmações gerais que descrevem e explicam as causas ou efeitos de classes de fenômenos”. Assim teorias “são compostas de leis ou hipóteses causais, explicações e condições antecedentes”. Já as explicações “são compostas de leis ou hipóteses causais, que, por sua vez, são compostas de variáveis dependentes e independentes”. O autor relata que as explicações, para serem consideradas boas, devem abordar as causas específicas que produziram um determinado fenômeno e ainda estarem enquadradas em um fenômeno geral (VAN EVERA, 1997, p. 162). Embora, por vezes menosprezada, a teoria é um determinante da qualidade da pesquisa empírica.

Teorias exercem um papel fundamental como ponto de partida para qualquer pesquisa científica ao fornecer explicações, facilitar a comunicação e favorecer o acúmulo de conhecimento científico (TOSHKOV, 2016).

Quando totalmente especificadas, as teorias podem lançar luz sobre por que e como certos fenômenos estão relacionados, fornecer hipóteses sobre aspectos do mundo anteriormente despercebidos, previsões sobre o futuro estado de coisas e interpretações de eventos específicos. (TOSHKOV, 2016, p. 61).

Para essa análise, nos restringimos à teoria aplicada, geradora de hipóteses e, conseqüentemente, produtora de implicações observáveis e passível de ser testada e falseada (Toshkov, 2016). Em um exercício de sintetização, de acordo com Dimiter Toshkov (2016), as principais funções da teoria são: definir a agenda de pesquisa; orientar a coleta de dados; determinar as observações relevantes; prever novos fatos e padrões empíricos; permitir o acúmulo de conhecimento e de discussão científica e fornecer e apoiar explicações.

Teorias aplicadas são explicativas quando “tentam se engajar com a realidade social a fim de explicá-la ou tornar a ação social compreensível” (Toshkov, 2016, p. 56). E como se caracteriza o conhecimento explicativo? Em que medida ele se difere de outros tipos de conhecimento, como, por exemplo, o descritivo? Segundo Moser, Mulder e Trout (2009, p. 190),

O conhecimento explicativo é diferente do conhecimento descritivo, mas não deve ser completamente separado dele. A explicação é um tipo de conhecimento descritivo; e, por isso, inclui-se na categoria geral do conhecimento propositivo.

Ademais, afirmam os autores que “todo conhecimento explicativo é formado por afirmações descritivas”, porém esses nos alertam que “algumas informações são previsivas sem serem explicativas” (Moser; Mulder; Trout, 2009, p. 191 e 192). Por isso, é importante conhecer as características específicas das proposições explicativas e como a teoria pesquisada se comporta diante do fator regularidade, ou seja, como elas explicam determinada regularidade de fenômenos sociais ou políticos.

Se nossa inquietação versa sobre boas explicações ou entre explicações competitivas, podemos fixar em nosso horizonte que “uma boa teoria da explicação necessariamente terá como uma de suas partes uma teoria da causalidade” (Moser; Mulder; Trout, 2009, p. 193). E, nesse sentido, Van Evera (1997,

p. 167) enfatiza que uma “explicação específica é composta por fenômenos causais, causados, intervenientes e antecedentes” e existem explicações específicas generalizantes e não generalizantes, sendo a primeira mais útil. Outro ponto relevante para a pesquisa teórica positiva, segundo Van Evera (1997), são as características que governam o poder explicativo de uma teoria, a saber:

- i) Importância — a teoria aponta para uma causa de grande impacto;
- ii) Alcance explicativo — a amplitude dos fenômenos é proporcional ao poder explicativo da teoria;
- iii) Aplicabilidade — a prevalência das causas e condições da teoria é proporcional ao seu poder explicativo.

Estabelecido o conceito de pesquisa em teoria positiva como um tipo de investigação que elege teorias como objeto de conhecimento e de onde serão extraídos os dados a serem analisados, a ideia de investigação deve ser revisitada. Partindo de um ponto inicial, isto é, de “um certo grau de falta de conhecimento a ser superado”, a investigação procura aprofundar o conhecimento sobre determinado assunto através da acumulação de diálogos, preservando o cumprimento de obrigações básicas de um bom argumento⁵ em direção às provas e certezas obtidas por meio de evidência disponível (Walton, 2012, p. 9). De outro modo, diz-se que “a prioridade comprobatória é a principal característica da investigação, já que ela é conduzida no sentido de tirar suas conclusões de premissas que podem ser estabelecidas sobre provas sólidas” (Walton, 2012, p. 10).

Neutralidade e verdade são conceitos muito debatidos nas Ciências Sociais e na Filosofia, respectivamente, no entanto, epistemologicamente falando, em uma investigação “espera-se que, na medida do possível, os participantes sejam investigadores neutros de uma verdade objetiva” (Walton, 2012, p. 10). Além disso, “nela [a investigação] a prova lógica é importante, mas o método pode variar conforme o assunto ou a área, sem desconsiderar que a investigação deve pretender ser ‘científica’ e ‘factual’ em seus métodos e critérios” (Walton, 2012, p. 10). Isso posto, a investigação é um tipo de diálogo que possui uma situação inicial configurada pela falta de prova e que emprega o método

⁵ Para aprofundamento na discussão sobre bom e mau argumento, ver Walton (2012).

da argumentação baseado em conhecimento para estabelecer provas (Walton, 2012).

Segundo Sátyro e Reis (2014, p. 30),

Uma vez de posse de uma boa teoria, com clareza e conhecimento dos mecanismos causais e possíveis efeitos causais da nossa questão de investigação sobre um processo social, o próximo passo é uma preocupação com as evidências e o uso delas.

Para tanto, é preciso estar atento ao alcance pretendido por cada teoria e às implicações observáveis. Diante disso, teorias de médio porte, isto é, aquelas que “têm objetivos modestos e metas mais circunstanciais” (Toshkov, 2016, p. 57) podem facilitar a criação de modelos⁶, a operacionalização de postulados teóricos, seleção de variáveis de mensuração e, conseqüentemente, tentativas de refutação.

Teorias têm poder decisivo na formação de gerações de adeptos, redes de pesquisa, agendas de financiamento e, inclusive, de parâmetros para valoração e pertinência dos trabalhos de jovens cientistas, por exemplo. Sendo assim, o trabalho sistemático de análise de teorias, mesmo que pouco recorrente, é fundamental para que possamos estar atentos antes mesmo de realizarmos uma vinculação teórica normativa ou positiva para entendimento de aspectos do mundo e para o desenho e execução de pesquisas.

Pesquisadores devem orientar-se pela escolha de sua estrutura teórica e pela clareza na definição de seus conceitos. É a partir do referencial teórico que se desenvolvem suas hipóteses, os mecanismos causais, a explicitação dos seus conceitos, assim por diante. Uma teorização incipiente irá forçosamente produzir resultados frágeis. (Sátyro; Reis, 2014, p. 28).

Ademais, se não nos atentarmos objetivamente para as características apresentadas pelos arcabouços teóricos, poderemos nos encontrar em uma situação de desencantamento, como a descrita por Geddes (2010). Nesse sentido, Sátyro e Reis (2014, p. 28) alertam que “a insipiência teórica pode conduzir a vários

⁶ De acordo com Toshkov (2016), um modelo tem propósitos mais específicos que a teoria e é uma maneira de representar simbolicamente dada realidade. Ele “fornece uma imagem necessariamente simplificada e esquemática de um processo ou fenômeno do mundo real que é útil para um propósito específico” (Toshkov, 2016, p. 56).

tipos de problemas, como má especificação de modelos, vieses, endogeneidade, problemas de validação, e assim por diante”. Implica dizer que

A teoria começa com as ideias, e as ideias são concebidas por intuição, inspiração, observação intensa, frustração ou mesmo alucinação. Pode haver pouca orientação para a inspiração. Mas, uma vez que uma ideia teórica nasce, ela precisa de um exame cuidadoso — seus pressupostos precisam ser explicitados, seus mecanismos descobertos, sua consistência verificada e suas implicações descobertas (Toshkov, 2016, p. 56).

O filósofo Thomas Kuhn (2011, p. 340), em seu livro “A tensão essencial”, publicado originalmente em 1977, propõe a seguinte pergunta: “quais são as características de uma boa teoria científica?”, e ao respondê-la elege cinco características: precisão; consistência; abrangência; simplicidade e fecundidade, conforme detalhado no Quadro 1. Para o filósofo, tais características são comuns, individualmente importantes e de forma coletiva, suficientemente variadas (KUHN, 2011).

QUADRO 1 Características de adequação de teoria segundo Thomas Kuhn (2011)

Características	Definição
Precisão	As consequências dedutíveis da teoria devem estar em clara concordância com os resultados da experimentação e da observação existentes.
Consistência	Uma teoria deve ser consistente, não apenas internamente ou autoconsistente, mas também com outras teorias correntes aplicáveis a aspectos da natureza que lhes são afins.
Abrangência	As consequências da teoria devem ir muito além das observações, leis ou subterrais particulares, cuja explicação motivou sua formulação.
Simplicidade	Uma teoria deve ser simples, levando ordem a fenômenos que, em sua ausência, permaneceriam individualmente isolados e coletivamente confusos.
Fecundidade	Uma teoria deve ser fértil em novos achados de pesquisa, deve abrir portas para novos fenômenos ou a relações antes ignoradas entre fenômenos já conhecidos.

Fonte: Elaborado pela autora.

Essas características foram listadas por Kuhn (2011, p. 341) “para avaliar a adequação de uma teoria”, e, mesmo sendo consideradas usuais pelo filósofo, “elas cumprem papel vital quando os cientistas têm de escolher, digamos entre

uma teoria estabelecida e uma rival que acaba de surgir”. Em seguida, complementa que “em conjunto com outras do mesmo tipo, essas características fornecem a base partilhada para a escolha de teorias” (Kuhn, 2011, p. 341).

Van Evera (1997) apresenta uma lista mais ampla, com sete atributos que governam a qualidade de uma teoria: poder explicativo; parcimônia; capacidade de satisfação; grau de estruturação; falseabilidade; importância dos fenômenos e riqueza prescritiva, esmiuçados no Quadro 2. E, por fim, ressalta Van Evera (1997, p. 172) que “quanto melhor essas condições forem especificadas, maior será nossa capacidade de evitar a aplicação incorreta das prescrições da teoria às situações que a teoria não governa”.

QUADRO 2A Atributos que governam a qualidade de uma teoria segundo Van Evera (1997)

Atributo	Definição
Poder explicativo	Uma boa teoria tem grande poder explicativo, e, quanto mais prevaletentes as causas e condições da teoria, maior seu poder explicativo. A variável independente da teoria tem um grande efeito em uma ampla gama de fenômenos sob uma ampla gama de condições. A prevalência dessas causas e condições no passado governa seu poder de explicar a história; já a prevalência atual e futura governa seu poder de explicar eventos presentes e futuros.
Parcimônia	Uma boa teoria usa poucas variáveis e as organiza de forma simples para explicar seus efeitos. A parcimônia implica, frequentemente, perda de poder explicativo, entretanto é necessário lidar com algum grau de complexidade para explicar o mundo.
Capacidade de satisfação	Uma boa teoria deve satisfazer à curiosidade sobre determinado assunto. Dessa forma, uma teoria é insatisfatória se nos deixa imaginando o que causa a causa proposta pela teoria. Quanto mais está afastada a causa do seu efeito proposto, mais satisfatória é a teoria.
Grau de estruturação	Uma boa teoria é claramente estruturada. Caso contrário, não podemos inferir previsões a partir dela, testá-la ou aplicá-la a situações concretas. Assim uma teoria estruturada molda suas variáveis a partir de conceitos definidos claramente e inclui uma declaração das condições antecedentes que permitem sua operação e governam seu impacto.
Falseabilidade	Teorias imprecisas não são falseáveis, pois impedem que investigadores infram previsões a partir delas. As teorias que fazem previsões sobre o todo (<i>omnipredictions</i>) que são cumpridas por todos os eventos observados também não são falseáveis. Os testes empíricos não podem corroborar ou debilitar tais teorias porque todas as evidências são consistentes com elas.

QUADRO 2B Atributos que governam a qualidade de uma teoria segundo Van Evera (1997)

Importância dos fenômenos	Uma boa teoria explica fenômenos que possuem importância, isto é, responde a perguntas que importam para o mundo mais amplo ou ajuda outros a responder a essas perguntas. Teorias que respondem a perguntas que não foram feitas são menos úteis, mesmo que respondam bem a essas perguntas.
Riqueza prescritiva	Uma boa teoria possui riqueza prescritiva e produz recomendações de políticas úteis. Ela ganha riqueza prescritiva ao apontar para causas manipuláveis, uma vez que causas manipuláveis podem ser controladas pela ação humana; ao identificar perigos que poderiam ser evitados ou mitigados por contramedidas oportunas e ao identificar as condições antecedentes requeridas para sua operação.

Fonte: Elaborado pela autora.

Ainda a respeito do questionamento sobre a possibilidade de qualificar teorias a partir de critérios objetivos, Dimiter Toshkov (2016, p. 77) entende que podemos distinguir as teorias melhores por meio da “combinação de critérios que as boas teorias precisam cumprir”, sendo eles: verdade, parcimônia, generalidade e precisão, conforme definidos no Quadro 3:

QUADRO 3A Critérios de boas teorias, segundo Toshkov, 2016.

Critério	Definição
Verdade	A partir de uma visão pragmática, é possível afirmar que, embora as teorias não possam e não devam fornecer representações completas, e, nesse sentido, verdadeiras, da realidade, se seus pressupostos forem amplamente discordantes da realidade, é muito improvável que sejam úteis. Além disso, boas explicações dão centralidade a mecanismos causais corretos.
Parcimônia	Teorias mais simples devem ser preferidas a outras mais complexas, dado o mesmo poder teórico. Modelos baseados em menos e mais suposições gerais são melhores se a perda na capacidade preditiva for mínima. Uma definição mais curta deve ser preferida se nos permitir fazer as mesmas distinções empíricas.

QUADRO 3B Critérios de boas teorias, segundo Toshkov, 2016.

Generalidade	<p>Teorias devem ser as mais gerais possíveis. Como princípio, os pesquisadores não devem restringir o escopo de aplicação de suas teorias, a menos que isso seja forçado por considerações lógicas ou falhas empíricas. É muito importante ser explícito sobre a generalidade pretendida da teoria, de modo que a seleção apropriada de casos para teste e aplicação possa ser feita no projeto da pesquisa empírica. As razões para valorizar a generalidade nas teorias são várias:</p> <ul style="list-style-type: none">• a generalidade traz compreensão integrada. O propósito de uma teoria é permitir a transferência de visão e compreensão de um caso para outro, trazer fenômenos aparentemente díspares sob uma lógica comum, iluminar as semelhanças e explicar os padrões na vida social epolítica;• a generalidade está relacionada à parcimônia — estruturas teóricas simples necessariamente têm um amplo escopo de aplicação pretendido, e vice-versa. Portanto generalidade e parcimônia reforçam-semutualmente;• a busca pela generalidade desencadeia o desenvolvimento conceitual à medida que novos conceitos são criados para cobrir fenômenos previamente separados;• a generalidade é eficiente no sentido de que menos informações precisam ser lembradas para o mesmo potencial explicativo.
Precisão	<p>Teorias pouco claras com mecanismos vagamente especificados, suposições ocultas e estrutura mal especificada devem ser evitadas completamente. A marca registrada de uma boa teoria é que ela é precisa o suficiente para ser refutada. Geralmente é um bom teste para a qualidade de uma teoria considerar as questões: o que a teoria exclui? O que não seria consistente com sua lógica? Que evidência contradiria suas proposições? Se você não pode responder a todas essas perguntas, então a teoria não é boa e deveria ser mais explicada ou abandonada.</p>

Fonte: Elaborado pela autora.

E por último, List e Valentini (2016, p. 538) afirmam que a avaliação de princípios e teorias é tarefa importante e deve ser realizada separadamente à definição de uma teoria, objetivando “identificar os requisitos para uma teoria boa ou aceitável e explicar como podemos avaliá-la”. Para os autores,

Existem dois tipos de critérios que podemos usar para avaliar — especialmente para justificar ou criticar — princípios e teorias: critérios “internos” e “externos”. O primeiro diz respeito à maneira como os

princípios ou teoria são formulados e sua estrutura lógica interna. Critérios como consistência e parcimônia se enquadram nesta categoria (List; Valentini, 2016, p. 538).

De acordo com os autores, os critérios externos abarcam critérios a serem considerados no teste de teorias. Por isso, dados os seus propósitos, discutiremos apenas os critérios internos. O Quadro 4 reúne tais critérios, a seguir.

QUADRO 4 Critérios internos para avaliação de teorias, segundo List e Valentini (2016)

Critério	Definição
Consistência	Uma boa teoria deve ser logicamente consistente. Seu conteúdo deve ser formalmente verdadeiro, de forma a evitar qualquer inconsistência e indiscriminações.
Fechamento dedutivo	Isso significa que qualquer afirmação que é logicamente acarretada pela teoria também pertence à teoria. A ideia subjacente ao fechamento dedutivo é que queremos ser capazes de identificar uma teoria com tudo com o qual a teoria está logicamente comprometida.
Axiomatizabilidade	Uma teoria deve ser idealmente representável como o conjunto de todas as implicações de alguns princípios subjacentes. Formalmente, uma teoria é axiomatizável se existe um conjunto finito de princípios de tal forma que toda a teoria pode ser expressa como seu corpo de implicações. Uma boa teoria ilumina seu assunto, dando-nos um conjunto gerenciável de princípios — uma formulação de teoria gerenciável — que codifica todo o conteúdo proposicional da teoria.
Parcimônia	Uma boa teoria deve evitar qualquer complexidade desnecessária e ser o mais simples possível e capaz de dar conta de seu assunto. Para ser esclarecedora, a teoria deve ser mais simples, por exemplo, do que o fenômeno-alvo que procura explicar, bem como mais simples do que suas teorias rivais. Uma teoria científica, por exemplo, deve ser mais simples e mais sucinta do que uma enumeração de todos os fatos empíricos que procura explicar; do contrário, não pode desempenhar nenhum papel explicativo.

Fonte: Elaborado pela autora.

Conforme descritos no quadro acima, os critérios internos são aqueles que dizem “respeito à maneira como os princípios ou teoria são formulados e sua estrutura lógica interna” (List; Valentini, 2016, p. 539).

3 ANÁLISE DE TEORIAS POSITIVAS EM CIÊNCIA POLÍTICA

Renan Springer de Freitas (2003, p. 97) emprega o argumento popperiano de que o “conhecimento nada tem a ver com crenças — tanto faz se partilhadas ou não — nem com regras, mas sim com a possibilidade de produzir erros e de corrigi-los”, para, em seguida, afirmar que a evolução do conhecimento científico se dá por meio do entendimento de “como teorias (correções) determinadas são substituídas por teorias melhores com a passagem do tempo”. Assim “a crítica de teorias — ou os processos de eliminação de erros — conduz à emergência de novos problemas”, e ao conseqüente “avanço do conhecimento não apenas como o resultado de pressões seletivas (crítica), mas também em termos dos mecanismos que governam a geração de tentativas de solucionar problemas” (Freitas, 2003, p. 136 e 137).

Se a crítica de teorias leva à emergência de novos problemas, isto se dá porque ela é o meio pelo qual certos esquemas conceituais são transportados de uma tradição de pesquisa para outra. Dessa perspectiva se a crítica de teorias permite que tradições de pesquisa evoluam, é em razão de tornar certos esquemas conceituais externos disponíveis a elas (Freitas, 2003, p. 141).

O argumento central de Freitas (2003), portanto, é em defesa da importância da crítica às teorias, do esforço de comparações teóricas e, se necessário, da efetiva superação das teorias que não resistirem a esses processos. Dessa maneira, pensar critérios para a crítica de teorias é imprescindível ao desenvolvimento de qualquer campo de conhecimento, e, para tanto, devemos ir em busca de consensos, ainda que mínimos, para críticas que possam ser generalizáveis.

Na seção anterior, percebemos que os critérios dos cinco autores consultados, Thomas Kuhn (2011), Van Evera (1997), Dimiter Toshkov (2016) e List e Valentini (2016), variam notadamente. Dessa forma, existe grande diversificação dos critérios desejáveis à boa teoria, sendo apenas a parcimônia recorrente entre os cinco autores consultados, ao verificarmos que o critério simplicidade em Thomas Kuhn possui o mesmo sentido de parcimônia encontrado nos demais autores. Já consistência, poder explicativo e precisão apareceram em dois autores; e os onze restantes foram citados uma única vez. São eles: abrangência, axiomatizabilidade, capacidade de satisfação, falseabilidade, generalidade,

riqueza prescrita, fechamento dedutivo, grau de estruturação, fecundidade, importância dos fenômenos e verdade.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo teve como objetivo realizar uma breve discussão acerca da possibilidade de enumeração de critérios previamente definidos para a crítica de teorias positivas na Ciência Política. Buscamos investigar em que medida é possível sistematizar critérios que subsidiem escolhas teóricas bem sucedidas com menos dependência de preferências pessoais ou de grupo, especialmente entre teorias alternativas, competitivas ou rivais.

Este trabalho constituiu um exercício analítico de ordenação de atributos desejáveis à boa teoria, conforme critérios extraídos de cinco autores, Thomas Kuhn (2011), Van Evera (1997), Dimiter Toshkov (2016) e List e Valentini (2016). O esforço de sistematização demonstrou que existe grande diversificação dos critérios desejáveis à boa teoria. Desse modo, podemos considerar que não existe uma clara concordância na literatura consultada sobre o que pode ser considerada boa teoria, o que nos permite gerar novas questões sobre como avaliar teorias alternativas de forma objetiva em diferentes campos das Ciências Sociais na ausência de consenso entre critérios que boas teorias devem atender; e sobre como evitar o descarte precoce de teorias, considerando a pouca variância entre quinze critérios ordenados, e a falta de parametrização para criticar, comparar e aprimorar teorias, antes do desmoronamento de castelos de areia (GEDDES, 2010). Ademais, nesse cenário, é questionada também a capacidade das pesquisas empíricas de favorecer o desenvolvimento teórico se não houver direção para tal aprimoramento.

Isso posto, consideramos imprescindível a tarefa de aprofundamento e alargamento da agenda de pesquisa a respeito da validação teórica, a partir do exercício inicial realizado, que aponta direções para seu desenvolvimento a ser complementado com dados de outros autores de referência, de forma a enriquecer a proposta metodológica apresentada.

REFERÊNCIAS

FREITAS, Renan Springer de. *Sociologia do Conhecimento: pragmatismo e pensamento evolutivo*. São Paulo: Ed. Edusc, 2003.

- FREITAS, Renan Springer de. Uma cilada chamada “Raciocínio Teórico Sistemático”. *Novos Estudos CEBRAP* (online), v. 36, p. 45–56, 2017.
- GEDDES, Barbara. *Paradigms and sand castles: theory building and research design in comparative politics*. Michigan: Ed. University of Michigan Press, 2010.
- KING, Gary; KEOHANE, Robert; VERBA, Sidney. *Designing social inquiry: scientific inference in qualitative research*. Princeton: Ed. Princeton University Press, 1994.
- KUHN, Thomas Samuel. *A tensão essencial*. São Paulo: Ed. Editora Unesp, 2011.
- KUHN, Thomas Samuel. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 2013.
- LIST, Christian; VALENTINI, Laura. The methodology of political theory. *The Oxford Handbook of Philosophical Methodology*. Oxford, UK: Ed. Oxford University Press, 2016.
- MOSER, Paul; MULDER, Dwayne; TROUT, John Dewain. *A teoria do conhecimento: uma introdução temática*. São Paulo: Ed. WMF Martins Fontes, 2009.
- SÁTYRO, Natália Guimarães Duarte; REIS, Bruno Pinheiro Wanderley. Reflexões sobre a produção de inferências indutivas válidas em Ciências Sociais. *Teoria e Sociedade* (online), v. 23, 2014.
- TOSHKOV, Dimitar. *Research design in Political Science*. London: Macmillan Education, 2016.
- VAN EVERA, Stephen. *Guia de métodos para estudantes de Ciência Política*. New York: Cornell University Press, 1997.
- WALTON, Douglas. *Lógica informal*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012.